

UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO

ATLANTICIDADE COMO PARADIGMA

Roquinaldo Ferreira¹  

Universidade de Pensilvânia

Em *Um rio chamado Atlântico*, Alberto da Costa e Silva nos apresenta ensaios que revelam a profunda interconexão histórica entre o Brasil e a África, tendo como eixo central o tráfico transatlântico de escravizados e seus desdobramentos.² Mais do que uma simples coletânea de textos, o livro configura um convite para repensarmos as bases sobre as quais se construiu a identidade brasileira, ressaltando a centralidade da diáspora africana nesse processo. Com erudição ímpar e prosa envolvente, Costa e Silva nos conduz por uma jornada fascinante através do tempo e do espaço, revelando as múltiplas camadas de interação e influência mútuas entre as duas margens do Atlântico.

Ao longo da obra, Costa e Silva fornece valiosas ideias que nos permitem vislumbrar a formação de uma verdadeira “atlanticidade”, um espaço histórico-cultural comum criado pelas intensas trocas e fluxos no Atlântico Sul, ao longo de quatro séculos. Essa atlanticidade constitui uma chave interpretativa fundamental para compreender o passado das sociedades banhadas por esse oceano. Examinamos aqui algumas das principais contribuições do historiador para a compreensão dessa complexa rede de relações tecida através do Atlântico. Início explorando o conceito de atlanticidade e suas implicações teóricas e metodológicas para a pesquisa histórica. Em seguida, discuto como o tráfico de escravos engendrou profundas transformações em ambos os lados do oceano, criando sociedades marcadas pela mestiçagem cultural.

1 Professor do Departamento de História da Universidade de Pensilvânia.

2 Alberto da Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.

Veremos, em seguida, como a diáspora africana deu origem a fascinantes movimentos de vai-e-volta, com o retorno à África de libertos africanos e seus descendentes, que criaram verdadeiras “Áfricas Brasileiras” no Golfo do Benim. Por fim, ressalto a urgência de se incorporar a história da África nos currículos e na consciência histórica brasileira, superando velhos preconceitos e reconhecendo nossos inextricáveis laços com o continente-mãe.

A atlanticidade como paradigma

Um dos grandes méritos do livro de Alberto da Costa e Silva é nos propor um novo enquadramento metodológico para pensar as relações entre Brasil e África. Desde o pioneiro trabalho de Luiz Felipe de Alencastro, que cunhou o conceito de “espaço sul-atlântico” para se referir ao complexo histórico-geográfico formado pelos dois lados do oceano, vem ganhando força a ideia de que não se pode compreender a formação do Brasil e suas conexões com a África sem adotar uma perspectiva que transcenda as fronteiras nacionais. Nesse sentido, Costa e Silva dá um passo significativo ao sugerir a existência de uma verdadeira civilização atlântica, entendida não como mera justaposição de povos e culturas, mas como amálgama, como caldeirão étnico e cultural em permanente ebulição. Essa seria a essência da visão de atlanticidade de Costa e Silva, poderíamos dizer, configurando um universo simbólico e material próprio, uma visão de mundo forjada na experiência comum do desenraizamento, da travessia, da opressão, mistura.

Tal noção encontra eco na obra de outros historiadores, como o britânico Paul Gilroy, que propõe o conceito de “Atlântico Negro” para designar a formação transnacional e intercultural criada na diáspora africana nas Américas. Para Gilroy, o Atlântico constituiu, desde o século XVI, uma espécie de “sistema de trocas culturais” que permitiu o surgimento de uma cultura negra cosmopolita, marcada por constantes fluxos

e misturas. Pensar o mundo atlântico nesses termos, enfatizando as circularidades, implica romper com visões essencialistas e dicotômicas, que opõem de forma estanque Europa e África, brancos e negros. Significa reconhecer que as identidades e culturas gestadas no âmbito do “sistema atlântico” são necessariamente híbridas, fluidas, em permanente transformação. E que o próprio tráfico de escravos, apesar de seu caráter violento e desumano, engendrou criativas formas de existência, resistência, adaptação e recriação cultural.

Sob a ótica da atlanticidade, o oceano deixa de ser visto apenas como barreira geográfica ou abismo intransponível, para se converter em espaço de circulação e intercâmbio, em ponte entre mundos. As grandes cidades portuárias, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Luanda ou Lagos emergem então como encruzilhadas cosmopolitas onde se plasmaram novas identidades e visões de mundo marcadas pela experiência da diáspora. Nesse contexto, Costa e Silva explora como o Atlântico, mais do que uma barreira geográfica, se configurou como um espaço de intensa circulação de pessoas, ideias e práticas culturais. Ao analisar as missões diplomáticas enviadas por soberanos africanos, como o obá Osemwede do Benim e o obá Osinlokun de Lagos, o autor demonstra a continuidade de um diálogo entre as duas margens mesmo após a independência do Brasil. Esse movimento, marcado pelo reconhecimento da independência brasileira por parte de reinos africanos, revela como as relações diplomáticas e comerciais que se estabeleceram no período colonial perduraram no pós-independência, embora com novos significados.

Cabe notar que a ideia de atlanticidade não implica negar a existência de especificidades regionais ou a importância das diferentes raízes étnicas e culturais que compõem o mosaico afro-brasileiro ou mesmo o africano. Pelo contrário, trata-se justamente de compreender como esses diversos elementos interagiram, tensionaram, conflitaram e se mesclaram no cadinho atlântico, criando novas sínteses e configurações socioculturais. Um olhar aguçado sobre esse processo nos revela que muitos dos traços e práticas culturais que costumamos identificar

como tipicamente “brasileiros” ou “africanos” são, na verdade, criações originais nascidas do encontro entre diferentes matrizes. É o caso, por exemplo, do candomblé que emergiu do amálgama de tradições de povos iorubás, jejes e angolas, recriadas no contexto da escravidão. Ou, ainda, de manifestações como a capoeira e o samba que resultaram do caldeirão cultural afro-brasileiro.

Portanto, mais do que “sobrevivências” de um passado africano remoto, essas expressões devem ser vistas como signos vivos de uma atlanticidade em constante renovação. Uma atlanticidade que não se esgota no passado, mas continua a moldar, de forma complexa e frequentemente contraditória, as identidades, as relações raciais e as produções culturais tanto do Brasil como da África. Reconhecer isso implica, por um lado, em valorizar a rica herança africana que permeia a sociedade brasileira, rompendo com o silêncio e a vergonha que durante tanto tempo pesaram sobre essa presença inescapável. Por outro lado, significa também questionar noções eurocêntricas e teleológicas de cultura e civilização que tendem a ver a modernidade como fruto exclusivo da expansão europeia, ignorando a decisiva contribuição africana, ainda em curso, para a formação do mundo atlântico.

A ideia de atlanticidade nos convida a repensar não apenas a história do Brasil, mas a própria história global, a partir de uma perspectiva policêntrica. Uma perspectiva que reconheça o protagonismo dos africanos e seus descendentes na construção da modernidade, não como vítimas passivas ou coadjuvantes secundários, mas como sujeitos ativos e criativos, protagonistas de seu próprio destino. Ou seja, vítimas, sim, passivas, não. É justamente esse olhar inovador que Alberto da Costa e Silva propõe ao longo de sua obra. Vejamos agora como, segundo o historiador, essa atlanticidade se manifestou concretamente através do tráfico de escravizados e das trocas culturais por ele engendradas.

O tráfico atlântico e a criação de sociedades mestiças

Um dos aspectos mais impactantes da formação do mundo atlântico foi, sem dúvida, o gigantesco tráfico de escravos que durante quatro séculos transportou mais de dez milhões de africanos para as Américas. Como mostra Costa e Silva, essa migração forçada não representou apenas um deslocamento físico de pessoas, mas gerou profundas transformações sociais, econômicas, demográficas e culturais em ambos os lados do Atlântico. No caso do Brasil, a presença africana foi tão massiva e continuada que se pode dizer, sem exagero, que a própria sociedade colonial foi uma criação dos escravizados. Calcula-se que, entre os séculos XVI e XIX, cerca de cinco milhões de africanos tenham sido trazidos para o território brasileiro, um número que supera em muito o de portugueses que aqui aportaram no mesmo período.

Essa imensa população escravizada não apenas sustentou com seu suor e sangue as bases econômicas da colônia e do Império, mas também moldou decisivamente os contornos raciais e culturais da sociedade brasileira. A longa duração e a intensidade do tráfico garantiram um aporte contínuo de africanos até meados do século XIX, contribuindo para a constante renovação de suas tradições culturais. Além disso, a diversidade de origem dos escravizados, provenientes de diferentes regiões da África, resultou em um mosaico étnico de grande complexidade, enriquecendo ainda mais o tecido social e cultural do Brasil.

Como aponta Costa e Silva, a origem dos africanos trazidos para o Brasil variou ao longo do tempo, em função da dinâmica do tráfico e das conjunturas políticas no continente africano. Nos primeiros séculos, predominaram os africanos oriundos da África Centro-Occidental, sobretudo de Angola e do Reino do Congo. Já a partir do século XVIII, cresce a importância da África Ocidental, com destaque para os iorubás (“nagôs” na Bahia), jejes e haussás embarcados na Costa da Mina, a região que abarca o golfo do Benim. Entrementes, continuavam chegando tumbeiros carregados de viventes da África Centro-Occidental – a principal região

fornecedora de força de trabalho escravizada ao longo dos mais de três séculos de tráfico transatlântico, aliás.

Essa diversidade étnica e linguística não só colocou desafios para a construção de identidades e solidariedades sob o cativo, mas também levou muitas vezes a tensões e rivalidades entre diferentes grupos. De um modo geral, propiciou um rico processo de trocas e sincretismos culturais, que deram origem a novas práticas e visões de mundo, como se observa no caso das religiões afro-brasileiras, da música, da culinária e diversas dimensões da sensibilidade estética.

Outro aspecto singular da escravidão brasileira foi a expressiva presença de africanos e afrodescendentes livres, e sobretudo libertos, que gozavam de certa autonomia e mobilidade social. Ao contrário do que ocorria em outras sociedades escravistas das Américas, a alforria era uma prática bastante difundida no Brasil. Embora pudesse ocorrer por concessão dos senhores, frequentemente era resultado de longos anos de trabalho árduo e sacrifício dos próprios cativos ou de seus parentes para comprar a liberdade. Muitos escravizados exerciam atividades remuneradas nas horas vagas ou aos domingos, acumulando recursos para sua alforria ou a de familiares. Essa camada de “pretos forros” adquiriu grande importância econômica e social, sobretudo atuando no comércio, nos ofícios urbanos, mas também na pequena agricultura de abastecimento interno. Muitos desses libertos conseguiram acumular propriedade, alguns chegando a possuir escravos. Formavam uma espécie de elite negra que mantinha fortes laços comerciais e afetivos com a África e atuava como mediadora cultural entre os dois mundos. Suas irmandades religiosas, associações de ajuda mútua e redes de sociabilidade desempenharam um papel crucial na preservação e reinvenção das tradições africanas no Brasil.

É importante, no entanto, enfatizar o quanto o encontro entre portugueses e africanos no Brasil foi marcado por profundas assimetrias de poder. A violência, a exploração, a opressão e a discriminação racial foram elementos constitutivos da sociedade escravista, deixando marcas duradouras nas relações sociais e nas mentalidades, durante e após

a escravidão. Nesse sentido, não se pode idealizar a mestiçagem como um processo harmônico e isento de conflitos. Muitas vezes, resultou do estupro e outras formas de abuso sexual de senhores contra suas escravas e criadas, e não perturbou a permanência de hierarquias e preconceitos baseados na cor da pele dos frutos dessas relações. Ainda assim, o autor reconhece que a miscigenação propiciou a formação de uma zona de mediação e negociação entre a casa-grande e a senzala. De qualquer forma, a sociedade surgida do ventre do tráfico atlântico estava longe de reproduzir fielmente os modelos europeus ou africanos. Tratava-se de uma realidade nova, dinâmica e complexa, marcada pelo amálgama biológico e cultural, pela criouliização, pelo hibridismo. Uma sociedade em que as fronteiras étnicas e culturais podiam ser fluidas e porosas, em que as identidades estavam em permanente processo de construção e reconstrução.

Compreender a gênese e a dinâmica dessas sociedades mestiças é fundamental não apenas para entender o passado, mas também para decifrar os desafios do presente. Afinal, muitos dos dilemas e contradições que ainda hoje marcam as relações raciais e culturais no Brasil e em outras partes das Américas têm suas raízes nessa longa história de encontros e desencontros entre África e Europa, mediados pelo Atlântico. Como Alberto da Costa e Silva não cansava de lembrar, a maior parte da história do Brasil aconteceu durante o período escravocrata, e isso teve suas consequências.

Diásporas, retornos e “Áfricas brasileiras”

Um dos aspectos mais fascinantes da atlanticidade que emerge da obra de Alberto da Costa e Silva são os fluxos e refluxos da diáspora africana que conectaram de maneira complexa os dois lados do oceano. Longe de ser um movimento unidirecional, a experiência dos africanos e seus descendentes foi marcada por idas e vindas, por constantes trânsitos de pessoas, mercadorias (que não apenas cativos), ideias e deuses. O tema

é magistralmente discutido por Pierre Verger, assim como Manuela Carneiro da Cunha, além dos historiadores da “escola baiana”, a exemplo de João Reis, Lisa Castillo, Nicolau Parés e muitos dos seus talentosos orientandos.

Um fenômeno que ilustra de maneira eloquente esses trânsitos é o retorno de libertos africanos e seus parentes “brasileiros” para a África ao longo do século XIX. Como mostra Costa e Silva, e nisso não foi exatamente original, esse movimento ganhou impulso após a revolta dos malês de 1835 na Bahia, quando muitos dos suspeitos foram deportados de volta ao continente de origem e um número ainda maior decidiu retornar para fugir da perseguição que se seguiu ao levante. Sobretudo a partir de 1850, com o fim do tráfico transatlântico de escravos, o movimento de retorno voltou a se intensificar. Calcula-se que, entre 1820 e 1900, cerca de oito mil africanos e afro-brasileiros tenham empreendido a travessia de volta à África, estabelecendo-se principalmente na costa ocidental, em cidades como Lagos, Badagri, Uidá, Porto Novo e Acra. Eles ficaram conhecidos como “agudás” (Benim, Nigéria), “amarôs” (Togo) ou “tabons” (Gana), e desempenharam um papel fundamental na história social, econômica e cultural da região.

Costa e Silva demonstra como o retorno de libertos brasileiros e africanos ao continente de origem foi mais do que uma mera reversão do tráfico transatlântico. Esses “agudás”, que se estabeleceram ao longo da costa ocidental africana no século XIX, levaram consigo práticas culturais e formas de organização social adquiridas no Brasil, criando verdadeiras “Áfricas Brasileiras” em Lagos, Porto Novo, Uidá e outras cidades costeiras da região. A construção de sobrados no estilo colonial baiano, o uso da língua portuguesa e o catolicismo sincrético são exemplos de como esses retornados ajudaram a moldar a paisagem cultural dessas comunidades.

O legado da atlanticidade: desafios e avanços no ensino da história africana no Brasil

A compreensão da atlanticidade e de seus impactos na formação do Brasil, tão bem delineada por Costa e Silva, tem implicações diretas para o ensino e a pesquisa da história africana no país hoje. O reconhecimento dessa profunda interconexão histórica entre Brasil e África, tendo como eixo central o tráfico transatlântico de escravizados e as subsequentes trocas culturais, econômicas e sociais, ressalta a urgência de incorporar a história africana nos currículos e na consciência histórica brasileira.

Nas últimas décadas, tem-se observado avanços significativos nesse sentido, especialmente no âmbito universitário. Desde a criação dos primeiros centros de estudos africanos no Brasil, houve um notável crescimento na produção intelectual sobre a história da África nas principais universidades brasileiras. Programas de pós-graduação, grupos de pesquisa, publicações especializadas e a criação da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) têm contribuído para aprofundar e diversificar o conhecimento sobre o continente africano e suas relações com o Brasil, rivalizando com a produção acadêmica internacional.

Esse florescimento acadêmico pode ser visto como uma resposta tardia, mas necessária, ao chamado de Costa e Silva e outros pioneiros para que se estude a África no Brasil. O fortalecimento da pesquisa e do ensino da história africana nas universidades brasileiras representa um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa e consciente da relevância das raízes africanas na biografia nacional, bem como para o estabelecimento de pontes intelectuais mais sólidas entre o Brasil e o continente africano. Apesar da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas, permanecem desafios significativos para a plena integração desses conhecimentos na educação básica. A necessidade de melhor formação dos professores e a produção de materiais didáticos adequados são obstáculos a serem superados. Como ressalta Costa e Silva, o estudo da África não pode ser

tratado como matéria exótica, pois está intrinsecamente ligado à formação do Brasil. Esta visão, central em *Um rio chamado Atlântico*, ainda precisa ser plenamente incorporada ao sistema educacional brasileiro.

doi: 10.9771/aa.v0i70.65869